



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARÃO
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 3.041/2026, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

(Autoria: Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo a contratar pessoal, por necessidade temporária de excepcional interesse público, na função de Professor de Educação Infantil.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar pessoal, por necessidade temporária de excepcional interesse público, na função de Professor de Educação Infantil.

Parágrafo único. As atribuições da função de que trata o *caput* deste artigo são as listadas no Anexo Único, que integra a presente Lei.

Art. 2º. A contratação prevista no artigo anterior dar-se-á na quantidade de 1 (um) profissional.

Parágrafo único. A carga horária será de até 22 (vinte e duas) horas semanais, visando o atendimento de Turma de alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Carlos Gomes.

Art. 3º. Para efeitos de remuneração, será observado o que dispõe a Lei Municipal nº 1.665, de 04 de abril de 2012, Plano de Carreira do Magistério.

Art. 4º. O vencimento básico é de R\$ 2.590,95 (dois mil, quinhentos e noventa reais e noventa e cinco centavos), correspondente ao Nível 1, Classe A do quadro do Magistério.

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* deste artigo corresponde a carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais, podendo haver redução, de acordo com a carga horária efetivamente contratada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARÃO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º. Os direitos e deveres do contratado são os elencados no art. 199, seus incisos e parágrafos da Lei Municipal nº 1.182, de 07 de junho de 2006 e alterações, Regime Jurídico dos Servidores.

Art. 6º. O contrato, de natureza administrativa, terá a duração de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, prorrogáveis por no máximo igual período, havendo o interesse público.

§ 1º. Mediante acordo entre Município e contratado, observado o interesse público, o contrato administrativo poderá ser suspenso durante períodos de recessos das Escolas.

§ 2º. Nos prazos de suspensão do contrato não haverá contraprestação dos serviços por parte do contratado e remuneração pecuniária por parte do Município, com efeitos nas férias e na gratificação natalina, de acordo com o tempo de suspensão, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.182/2006 e suas alterações.

Art. 7º. No caso de contratada gestante, o contrato poderá ser prorrogado, por até 7 (sete) meses, visando garantir a estabilidade provisória de que trata o art. 7º, inciso XVIII da CF/88, c/c arts. 10, II, alínea "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e Recurso Extraordinário nº 842.844 do Supremo Tribunal Federal, bem como ter acesso, se requerido pela contratada, ao programa de prorrogação da licença à gestante de que trata a Lei Municipal nº 1.506, de 17 de março de 2010.

Parágrafo único. Para efeitos de fixação do termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade de que trata a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a ser custeado pelo Regime Geral de Previdência Social, será observada a decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 6.327.

Art. 8º. Para a contratação, serão observadas as listas de candidatos classificados em Concurso ou Processo Seletivo Simplificado.



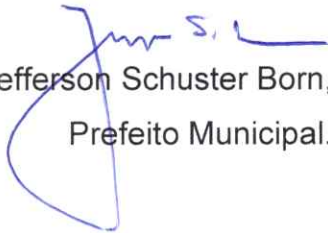
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARÃO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO:	5	- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE:	4	- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLA
12.365.0031.2503		- ASSISTÊNCIA À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR
3.1.90.13.00.000000		- OBRIGAÇÕES PATRONAIS (3524)
12.843.0000.0003		- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA
3.1.9.1.13.00.000000		- OBRIGAÇÕES PATRONAIS (3530)
12.365.0041.2527		- MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO PRÉ
3.1.90.11.00.000000		- VENC. E VANTAGENS FIXAS – PC (3497)
3.1.90.16.00.000000		- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS (3521)
12.365.0047.2531		- VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
3.3.90.46.00.000000		- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (3529)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO, aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.


Jefferson Schuster Born,
Prefeito Municipal.



ANEXO ÚNICO – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola, levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno respeitando as fases do desenvolvimento infantil; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal e alimentação, respeitando as fases do desenvolvimento infantil; zelar pela integridade das crianças na instituição; observar a saúde e o bem-estar das crianças, zelando por eles em tempo integral; receber as crianças no início do turno, acolhendo-as nesse momento; orientar as crianças durante brincadeiras livres e dirigidas, passeios, atividades musicais, danças, teatro, recortes, colagens, desenhos, bater palmas, cantar, pintar e outras que necessitem de sua atenção; comunicar aos pais e/ou responsáveis os acontecimentos relevantes do dia; levar ao conhecimento da equipe diretiva qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade; acompanhar os momentos de soninho dos alunos, zelando por sua segurança e bem-estar o tempo todo em que estiverem sob sua responsabilidade. apurar a frequência diária das crianças e comunicar à direção caso haja infrequência de alunos; zelar pela organização e limpeza do ambiente de trabalho; utilizar os mecanismos de avaliação; realizar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observações dos alunos; Participar dos eventos da escola sempre que solicitado (apresentações, desfiles e afins, alusivos as datas comemorativas, e outros); realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico, quando houver; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de cursos de formação e treinamentos; participar da elaboração e execução do Plano Político Pedagógico, Planos de Estudos, Plano Municipal de Educação, Regimento Escolar e afins; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação, contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; acompanhar os momentos de soninho. Conhecer a rotina da escola, executando as tarefas necessárias ao bom andamento do trabalho. Demonstrar atitudes de cordialidade, respeito e carinho pelos colegas de trabalho, crianças e seus familiares.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARÃO
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 3.041/2026, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

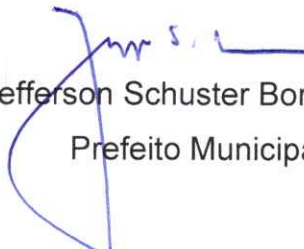
Encaminhamos Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar pessoal, em caráter temporário, por excepcional interesse público.

A contratação é necessária na função temporária de Professor de Educação Infantil, para atendimento de turma de alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Carlos Gomes, em substituição da professora que assumirá a função de Coordenadora Pedagógica da referida Escola, tudo conforme ofício nº 15/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

A despesa decorrente da presente autorização é objeto de impacto orçamentário-financeiro.

Ante o exposto, estando devidamente justificado, pedimos a aprovação de mais este Projeto de Lei, em regime de urgência, devido ao início do ano letivo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO, aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.


Jefferson Schuster Born,
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARÃO

Ofício nº 15/2026

Barão, 27 de janeiro de 2026

Exmo Sr.
Jefferson Schuster Born
Prefeito Municipal
Barão – RS

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho solicitar que seja realizada a confecção de PL para a substituição da Professora de Educação Infantil Cinara de Marchi na EMEIEF Carlos Gomes, com carga horária semanal de 22 (vinte e duas) horas no turno da tarde.

A substituição se faz necessária porque a professora assumirá o cargo de Coordenadora Pedagógica da referida escola, assim sendo preciso profissional substituto para completar o quadro e dar continuidade ao atendimento da comunidade escolar.

Sendo possível, desejamos que o contrato tenha a duração do início do ano letivo, previsto para 18 de fevereiro de 2026 até o término do ano letivo, marcado para 18 de dezembro de 2026 ou até o retorno da professora Cinara para a sala de aula.

O horário de início e término da jornada de trabalho será determinado junto a escola e poderá ser alterado conforme necessidade.

Para tal contratação sugere-se que sejam seguidas as listas homologadas em vigor.

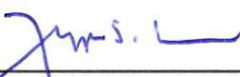
Nada mais havendo a constar.

Respeitosamente,



Hélio Mosena Erthal
Secretário Municipal da Educação

Ciente e autorizo



Jefferson Schuster Born
Prefeito Municipal

1 ano + 2 ano - p1.